

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
10ª Sessão Ordinária de 2017

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 12/05/2017, págs. 1/19)

Dia: 23/05/2017

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 9ª Sessão Ordinária (09/05/2017).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 14/06/2016

- 2) Proposição nº 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo nº 0.00.000.001569/2014-04)
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Brasília
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 30/01/2017

- 3) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 4) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 21/02/2017

- 5) Inspeção n.º 0.00.000.000346/2016-83
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção ordinária realizada na Escola Superior do Ministério Público da União.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 14/03/2017

- 6) Correição n.º 0.00.000.000439/2016-16
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 12ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 18ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Serra, 2ª Promotoria de Justiça e Juventude de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 11ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 14ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica e 15ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 25/04/2017

- 7) Correição n.º 0.00.000.000379/2016-23
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 09/05/2017

- 8) Correição n.º 0.00.000.000486/2016-51
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 8ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 15ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 24ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES e 27ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, nas 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, 2ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES e 3ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, na 1ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy/ES e na Procuradoria de Justiça Recursal.
- Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

- 9) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80
Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
- Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 7ª Sessão (18/04/2017)

- 10) Correição n.º 0.00.000.000001/2017-19
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar no Estado de Pernambuco
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada em unidade da Procuradoria de Justiça Militar em Recife – PE.
- Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (09/05/2017)

- 11) Correição n.º 0.00.000.000378/2016-89
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
- Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (23/05/2017)

- 12) Correição nº 0.00.000.000404/2016-79
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Piauí
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada na Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 13) Correição nº 0.00.000.000405/2016-13
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Piauí.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 14) Correição n.º 0.00.000.000461/2016-58
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas Promotorias de Justiça de Barras/PI e de Buriti de Lopes/PI.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 15) Inspeção n.º 0.00.000.000462/2016-01
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção Extraordinária realizada para análise da atuação da 2ª Promotoria de Justiça de Barras/PI e da Promotoria de Justiça de Buriti de Lopes/PI em determinados processos judiciais.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 16) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000481/2016-29
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Visa à apuração de manifestação de membro do Ministério Público do Estado do Paraná quanto às ocupações nas escolas estaduais da Comarca de Londrina.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 17) Correição nº 0.00.000.000048/2017-74
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processo com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 1) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/01/2016

- 3) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 21/06/2016

- 4) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/09/2016

- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00385/2016-16
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Divulgação em site institucional de artigo de cunho político-ideológico. Utilização indevida de página eletrônica do órgão. Afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e de neutralidade das instituições quanto a ideologias político-partidárias.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 21/11/2016

- 6) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 06/12/2016

- 7) Pedido de Providências nº 1.00654/2016-35
Requerente: Ser Glass Vidros Blindados Ltda.
Advogado: Carlos Humberto Fauaze Filho – OAB/DF nº 43188
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal. Procuradoria de Justiça Militar no Estado de São Paulo. Empresa fabricante de blindagem transparente, fiscalizada pelo Exército. Extrapolação das atribuições ministeriais. Ilegalidade na requisição de instauração de processo administrativo ao Exército com indicação prévia de penalidade. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 14/02/2017

- 8) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de licença prêmio. Tempo de serviço na Administração Pública.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 21/02/2017

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Embargado: Lorenzo Silva de Pazolini
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8.258
Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de questões. Concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 10) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40
Requerente: José Carlos Cruz
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 14/03/2017

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17
Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: David Raimundo Santos
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Bahia
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

12) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00053/2017-59

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessado: Helena Fiúza do Amaral

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Preservação da decisão proferida no Procedimento Avocado n.º 0.00.000.001857/2010-27. Atos do Colégio de Procuradores de Justiça e do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 28/03/2017

13) Pedido de Providências nº 1.00081/2017-85

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Divulgação de notícias acerca de sanções disciplinares aplicadas a membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Exposição e suposta violação da imagem pessoal. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Bahia

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 09/05/2017

14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00401/2016-70

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará

Advogados: Daniele de Araújo Gomes Vasconcelos – OAB/CE n.º 24.922; José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4697

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 100/2016. Instauração de processo administrativo disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Falta de zelo pelas garantias e prerrogativas institucionais e processuais. RD nº 0.00.000.000012/2016-18.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

- 15) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00663/2016-26
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogado: Carlos Dias Carneiro Neto – OAB/MA nº 7.262
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Ausência a diversas sessões do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão. Descumprimento do dever funcional. Base na RD nº 1.00526/2016-73.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica
- 16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00928/2016-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Portaria CNMP-CN nº 256/2016. RD nº 1.00216/2016-12. Processo administrativo disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Infração disciplinar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 17) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00016/2017-31
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 2015.00732839.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00042/2017-50 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Roberto Pinto dos Santos
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Anulação. Decisão do Procurador-Geral de Justiça. Indicação de Promotores de Justiça para o exercício das funções eleitorais. 93ª e 270ª Zonas Eleitorais de Piracicaba.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

19) Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016)

20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/06/2016)

21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

22) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Pernambuco

- 23) Proposição nº 1.00439/2015-53
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (27/09/2016)

- 24) Proposição nº 1.00192/2015-39 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Robalinho Cavalcanti
Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (21/11/2016)

- 25) Proposição nº 1.00077/2016-72
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 26) Proposição nº 1.00724/2016-37
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Resolução. Política nacional de tecnologia da informação no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (31/01/2017)

- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00937/2016-13
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

- 28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00946/2016-04
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00955/2016-03
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00958/2016-66
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão (14/02/2017)

- 31) Proposição nº 1.00927/2016-79
Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acresce à Resolução CNMP n.º 09/2006 os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 8º. Estabelece que no pagamento de valores passivos aos membros do Ministério Público, deve haver, nos contracheques, menção ao número da parcela e o total de parcelas, informação da rubrica para o pagamento e a metodologia de correção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão (21/02/2017)

- 32) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01044/2016-02
Requerente: Synval Tozzini
Advogados: Braz Martins Neto – OAB/SP n.º 32.583; Mônica Moya Martins Wolff – OAB/SP n.º 195.096; Rachel Figueiredo Cavalcante – OAB/SP n.º 264.748; Martileide Vieira Perroti – OAB/SP n.º 203.711
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: MPF. Conselho Superior. Revisão. PAD n.º 1.00.002.000147/2013-57.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão (14/03/2017)

33) Pedido de Providências nº 1.00282/2016-10

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requeridos: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público brasileiro. Acompanhamento do cumprimento da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 2/2011. Cadastro nacional de informações sobre ações coletivas (CNJ). Inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta (CNMP).

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

34) Pedido de Providências nº 1.00441/2016-59

Requerente: Matheus Martins Moitinho

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ausência de Promotor de Justiça titular. Atuação. Comarca de Acajutiba.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Bahia

35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00939/2016-20

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (28/03/2017)

- 36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00940/2016-82
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01068/2016-08
Requerente: Silvio Paulo Brabo Rodrigues
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Processos referentes à matéria ambiental. Distribuição às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente. Reconhecimento de caráter residual das Promotorias de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (18/04/2017)

- 38) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00442/2016-02
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogados: Aloísio Zimmer Júnior – OAB/RS nº 42.306; Ana Paula Mella Vicari – OAB/RS nº 87.433
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Carreira. Servidores. Irregularidades. Desvio de função. Assistente de Promotores.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Rio Grande do Sul
- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: São Paulo
- 40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00947/2016-68
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Piauí

- 41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00953/2016-98
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro
- 42) Pedido de Providências nº 1.00977/2016-00
Requerente: Embrasystem Tecnologia em Sistemas Importação e Exportação Ltda.
Advogado: Leandro Rogério Chaves – OAB/SP nº 104273
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Goiás
Interessados: Helio Telho Correa Filho; Mariana Guimarães de Mello Oliveira
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Alegação de atuação funcional reprovável em Ação Cautelar e Ação Civil Pública. Divulgação midiática dos fatos sobre os atos processuais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Goiás
- 43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01007/2016-87
Requerente: Eduardo Brasil Dantas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Art. 70, X, da Lei n.º 066/93, que dispõe sobre o Regime Único dos Servidores Públicos Estaduais. Art. 52, da Constituição Estadual. Adicional de interiorização para servidores lotados nas comarcas do interior. Requer a regulamentação do dispositivo pelo MP/AP.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Amapá
- 44) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00043/2017-04
Requerentes: Arion Rolim Pereira; Gustavo Henrique Rocha de Macedo; Rodrigo Leite Ferreira Cabral; Walber Alexandre de Souza
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Advogado: Carlos Alberto Barbosa Ferraz – OAB/SP nº 105.113
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar n.º 006/2015. Prescrição da pretensão administrativa. Decisão proferida pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Paraná

- 45) Pedido de Providências nº 1.00051/2017-41
Requerente: Rodrigo Diegues Cruz
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Infraestrutura de Promotorias. Determinação para melhoria na qualidade estrutural das unidades de Cajamar. Conformidade com inspeção realizada no âmbito do MP/SP. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: São Paulo
- 46) Proposição nº 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correções e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correções e Inspeções.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00189/2017-50
Requerente: Narcizo Correia de Souza Filho
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Nomeação. Concurso público para provimento de cargos de níveis médio e superior. Descumprimento de nomeação para vagas de forma regionalizada. Reconhecimento da nomeação do requerente para vaga no Município de Corrente ou no Município de Bom Jesus.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Piauí
- 48) Pedido de Providências nº 1.00206/2017-68
Requerente: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Deputado Padre João
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Tragédia da Boate Kiss. Arquivamento do inquérito para apurar responsabilidades de servidores municipais. Ajuizamento de ações de calúnia e difamação em face dos pais das vítimas. Nota pública posicionando-se contra Promotores de Justiça.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio Grande do Sul

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão (09/05/2017)

- 49) Pedido de Providências nº 1.00010/2016-10
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Providências. Atuação da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Pará. Impossibilidade de diálogo. Administração autoritária. Sindicato representante dos servidores.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Pará

- 50) Proposição nº 1.00120/2016-08
Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Proposta de Resolução que altera a Resolução n.º 13/2006, que regulamenta o art. 8º, da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 26, da Lei n.º 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 51) Proposição nº 1.00183/2016-38
Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade e uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 52) Proposição nº 1.00207/2016-21
Requerente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Reserva aos negros de 20% das vagas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no órgão.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição nº 1.00208/2016-85
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Reserva aos negros de vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso nas carreiras do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 54) Pedido de Providências nº 1.00506/2016-84 (Recurso Interno)
Recorrente: Maria Clara Mendonça Perim
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procuradoria de Justiça Cível. Violação do Princípio do Promotor Natural.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Espírito Santo

- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00632/2016-39
Requerentes: Francisco Antonio Tavora Colares; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Determinação ao Procurador-Geral de Justiça. Remessa de projeto de lei ao parlamento cearense. Revisão Geral Anual dos Servidores do MP/CE. Índice de 10,67% retroativo a 01/01/2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Ceará
- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00936/2016-60
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00941/2016-36
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 58) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00943/2016-43
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 59) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00954/2016-41
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 60) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00961/2016-25
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01045/2016-58

Requerente: Rodrigo Jaci Silva

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Permuta por servidores que se encontram às vésperas da aposentadoria. Prejuízo na abertura de editais de remoção que beneficiem demais servidores em ampla concorrência. Requer controle de ato concreto e normatização dos critérios de permuta em casos similares.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Santa Catarina

62) Proposição nº 1.00057/2017-73

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Interessados: Alberto Freire Ledur; Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENASEMPE; Fernando Cezar Pereira da Silva; Fernando Ribamar Viana Neto; Francisco Antonio Tavora Colares; Jacira Costa Silva; João Paulo de Freitas Souza; Maurício Santos Matos; Márcio Gleyson Silva e Bittencourt; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás – SINDSEMP; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Pernambuco; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amapá – SINDSEMP-AP; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Vanderlei Cristo Mendonça

Advogados: Mário de Andrade Macieira – OAB/MA n.º 4.217; José Guilherme Carvalho Zagallo – OAB/MA n.º 4.059; Gedecy Fontes de Medeiros Filho – OAB/MA n.º 5.135; Felipe José Nunes Rocha – OAB/MA n.º 7.977; Maíra de Jesus Freitas Passo – OAB/MA n.º 8.139; Wagner Antônio Sousa de Araújo – OAB/MA n.º 11.101; Jhonatas Mendes Silva – OAB/MA n.º 10698; Rayssa Reis de Castro – OAB/GO n.º 29.374; Thiago Pimentel Santiago – OAB/BA n.º 32.925

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Revogação da Resolução CNMP nº 53/2010. Revisão geral anual da remuneração dos membros e servidores do Ministério Público. Conforme art. 37, X, da Constituição Federal.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

63) Reclamação Disciplinar nº 1.00101/2017-54 (Recurso Interno)

Recorrente: Jane Cozzolino

Advogado: Aidê Raquel da Mata Soares Pacheco – OAB/RJ n.º 160848

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada para apurar conduta de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Cons. Antonio Pereira Duarte

Origem: Rio de Janeiro

- 64) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00137/2017-10
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogados: Aluisio Lundgren Correa Regis – OAB/DF n.º 18.907; Ana Julia Moraes Mendonça – OAB/DF n.º 27.586
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Conclusão exarada no Processo Administrativo Disciplinar nº 001.2016.008205 pelo Conselho Superior do Ministério Público. Baseada nas conclusões da Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00761/2016-54.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 65) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00211/2017-34
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar Sumário n.º 247405/2014. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia. Absolvição. Decisão supostamente contrária à evidência dos autos.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia
- 66) Proposição nº 1.00233/2017-30
Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Uniformização da numeração dos procedimentos administrativos da área-meio nas unidades e ramos do Ministério Público e no Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 67) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00251/2017-12
Requerente: Fabio Henrique Rocha
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Omissão e inércia. Apuração de irregularidades em cumprimento de pena. Andamento em processo de progressão de regime.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Pernambuco
- 68) Pedido de Providências nº 1.00281/2017-56
Requerente: Cicero Neves de Magalhães
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Atuação. Processo que envolve guarda de menor. Fatos novos. Decisão proferida no Pedido de Providências nº 0.00.000.000125/2014-43.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Maranhão

69) Proposição nº 1.00298/2017-86

Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Alteração da Recomendação CNMP nº 47/2016. Notificação consular. Aplicação do art. 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Cientificação do Cônsul do país a que pertence o estrangeiro, sempre que este for preso.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (23/05/2017)

70) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00656/2016-42 (Embargos de Declaração)

Embargante: André Luís Alves de Melo

Embargado: Antônio Marcos de Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Promotoria de Justiça de Araguari. Alegação de inércia na conclusão de inquéritos civis que apuram graves suspeitas de irregularidades em contratos de prestação de serviços advocatícios celebrados com o município.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Minas Gerais

71) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00770/2016-45

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará

Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE nº 4697

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Prática, em tese, por duas vezes, de falta funcional. Portaria CNMP-CN nº 187/2016. Base na Reclamação Disciplinar 1.00565/2016-06.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

72) Procedimento Avocado nº 1.00924/2016-08

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Corregedoria Geral. Processo Administrativo Sumário nº 085342/2016, avocado no procedimento nº 0.00.000.000445/2016-65.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

- 73) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00998/2016-44 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dayan Moreira Albuquerque
Advogados: Caroline do Rego Barros Santos – OAB/PE n.º 32.753; Plínio Leite Nunes – OAB/PE n.º 23.668
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Revisão de decisão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 02/2014.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 74) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00039/2017-91
Requerente: Marcos Antonio Ferreira das Neves
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Interferência na autonomia da Procuradoria Geral de Justiça. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Autos do Recurso Administrativo nº 022/2016. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Pará
- 75) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00100/2017-09 (Recurso Interno)
Recorrente: Emerson Silva
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Servidor da Promotoria de Justiça de Governador Eugênio Barros. Desconto na remuneração, proveniente de indeferimento de pedido de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de familiar, referente ao mês de janeiro e fevereiro. Requer anulação da decisão e reposição do valor descontado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Maranhão
- 76) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00127/2017-75
Requerente: Fernanda Alitta Moreira da Costa
Advogado: Ana Luiza Mercio Lartigau – OAB/RS n.º 99.283
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Impedimento de prosseguimento do PAD nº 2.00.000.043723/2014-04. Desconstituição da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Indeferimento de prova postulada. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Rio Grande do Sul

- 77) Pedido de Providências nº 1.00130/2017-34 (Embargos de Declaração)
Embargante: Giovanni Rosado Diogenes Paiva
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Determinação ao Conselho Superior do Ministério Público para o cumprimento do que dispõe a Resolução nº 005/2006-CSMP/RN. Atribuições das Promotorias de Justiça no julgamento dos processos de promoção e remoção por merecimento. Julgamento dos Editais nº 008/2017-CSMP, 010/2017-CSMP e 012/2017-CSMP. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio Grande do Norte
- 78) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00249/2017-07
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 008/2015. Decisão do Conselho Superior.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Piauí
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00287/2017-88
Requerente: Plácido Barroso Rios
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo nº 30752/2013-1. Titular da 9ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Fortaleza. Ausência de Promotoria auxiliar. Pagamento de gratificação por acúmulo de função. Pedido de desconstituição do ato.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Ceará
- 80) Pedido de Providências nº 1.00371/2017-47
Requerente: Leonardo Adalcino de Paula Durães
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Comarca de Buritis. Reclamação em desfavor de Membro do Ministério Público. Supostas irregularidades processuais. Acusado preso por crime de ameaça.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais

81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00374/2017-08

Requerente: Sigiloso

Advogado: Paulo Roberto de Souza Leão Junior – OAB/RN nº 8968

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Rio Grande do Norte. Inquérito Civil nº 116.2016.000417. Violação da Resolução CNMP nº 23. Supostas irregularidades processuais. Recurso administrativo. Nulidade. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Rio Grande do Norte

82) Avocação nº 1.00382/2017-45

Requerentes: Carlos Martins Pereira; Francisco Manoel de Oliveira Neto; José Cleber Cabral Moreno; João Pereira de Aragão Filho; Maria José Pinheiro Carvalho

Advogado: Jadson Cleon Silva de Souza – OAB/MA nº 7337

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Pedido de avocação. Processo Administrativo nº 2261/2017. Tramitação na Corregedoria Geral. Atos que configuram abuso de autoridade. Arquivamento dos autos. Comarca de Anajatuba.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Maranhão

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público